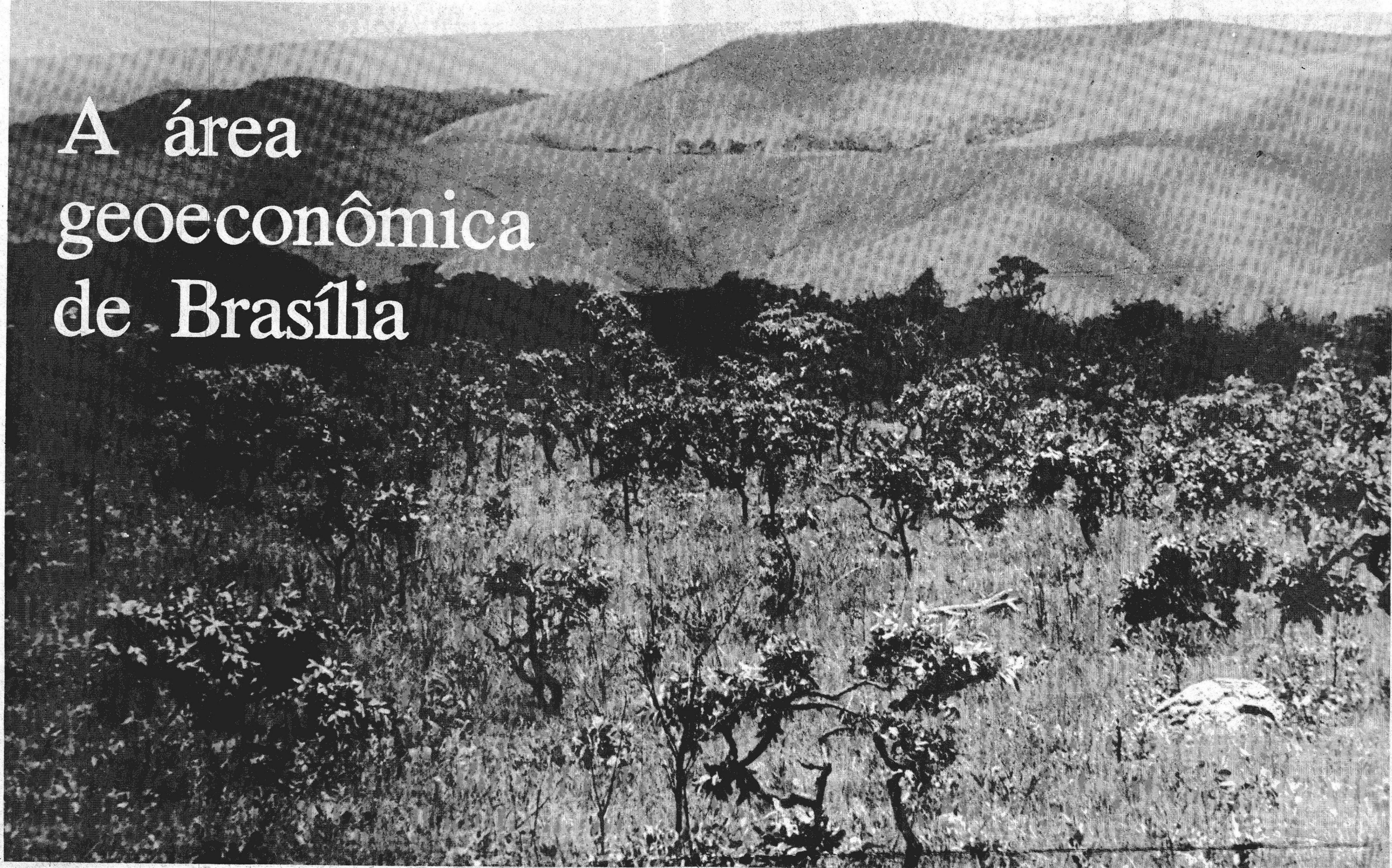


A área geoeconômica de Brasília



Os baianos pretendem participar, também, do programa governamental para aproveitamento do cerrado

Pode ser redefinida a região geoeconômica de Brasília, segundo informação do economista Paulo César Timm, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, durante o Encontro promovido pela Comissão de Assuntos Regionais do Senado, para debater problemas do Centro Oeste e da área do Distrito Federal. É que Municípios anteriormente incluídos na faixa de influência da Capital da República - em especial, os que compõem o Vale do Urucuia - foram excluídos pelo fato de se encontrarem economicamente incorporados a outras zonas.

Contudo, o assunto voltou a ser examinado, em caráter prioritário, mesmo porque a Comissão do Programa da Geoeconomia de Brasília recebeu solicitação, tanto do Governo de Minas Gerais, quanto dos prefeitos de Buritis, Arinos e Formosa, no sentido de que seja ampliada a região de influência de Brasília, para efeito de inversão de recursos.

SEM DEFINIÇÃO

Apesar da insistência com que o assunto vem sendo tratado, pelos interessados na ampliação da área geoeconômica brasileira, a Secretaria do Planejamento procura apoiar-se na realidade. A simples inclusão de Municípios goianos ou mineiros poderia trazer implicações graves ao processo de desenvolvimento da área. Daí o cuidado que o problema requer, ao ser analisado.

O sr. César Timm já realizou várias viagens aos Municípios que pretendem participar da região do Distrito Federal. Mas assegura que nenhuma definição foi ainda tomada, "embora já se realizem estudos, no sentido de avaliar melhor as potencialidades de cada Município, para efeitos de programação". Não há, segundo ele, até o momento, qualquer tendência de modificação. Somente o detalhamento da programação pretendida pelo Governo de Minas Gerais poderá fornecer subsídios quanto à inclusão do Vale do Urucuia, por exemplo.

A prudência com que vem agindo a Secretaria do Planejamento, em relação ao assunto se deve, na opinião do sr. Timm, ao fato de que a inclusão na área de influência do Distrito Federal implicará em tornar os novos integrantes áreas prioritárias, tanto em termos de estrutura física, quanto de estrutura social e linhas de crédito.

BAHIA TAMBÉM

O tema relativo à inclusão de novas áreas na região geoeconômica de Brasília vem sendo olhado com interesse, não apenas por Goiás e Minas Gerais. Também a Bahia pretende incluir Municípios seus, para aproveitar as facilidades de investimentos que serão concedidas. Isso ficou bem claro quando o Deputado baiano Vasco Neto defendeu nova interpretação do que se possa entender pela região do cerrado. Diz que a Bahia também "tem muitos cerrados, em várias de suas regiões, como no divisor São Francisco-Tocantins, na Serra do Espigão, na Serra do Espinhaço". Nem por isso, enfatizou o parlamentar baiano, o Estado da Bahia se viu contemplado pelo programa governamental. Por outro lado, a Bahia defende a redefinição da área economicamente influenciada por Brasília, pelo fato de "existirem hiatos no mapa do Polocentro, exatamente onde não há estradas, como na área de Buritis".

O ponto de vista do sr. Vasco Neto é de que, as áreas que se encontram ao redor do Distrito Federal, explodem em desenvolvimento, "apesar de totalmente abandonadas e sem atendimento algum dos Governos Estaduais ou do Federal".

BOA MEDIDA

Para o Senador Cattete Pinheiro, a inclusão das cidades vizinhas ao Distrito Federal, na área de influência econômica de Brasília, para fins de planejamento e investimentos é boa medida. O Presidente da Comissão de Assuntos Regionais do Senado entende que Luziânia, Formosa e Alexânia, por exemplo, estão vinculadas diretamente à área de Brasília. Esquecê-las talvez não seja possível.

Contudo, a matéria é da competência dos economistas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os quais manipulam com seriedade as informações e os dados coletados. Para o Senador Cattete Pinheiro, o Governo está interessado em obter o equilíbrio social e econômico entre as diferentes regiões do País. Prova disso são os planos que, um após outro, foram lançados - e se encontram em plena execução - atendendo a todo o Território Nacional.

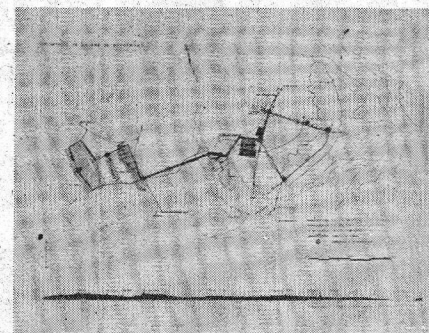
Quanto ao Polocentro - objeto de investigação do Deputado Vasco Neto - o sr. Paulo Dante Coelho, da Secretaria do Planejamento, afirmou que talvez seja difícil modificar os critérios já estabelecidos, para que se pudesse admitir novo escalonamento de prioridades. Salientou:

— O Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento do Polocentro já definiu sessenta por cento dos recursos creditícios, os quais deverão ser concentrados em áreas selecionadas. Os quarenta por cento restantes serão objeto de estudos, quanto à sua aplicação.

ALEXÂNIA

A cidade de Alexânia, atualmente com quinze mil habitantes, não está incluída na região geoeconômica de Brasília. Nela são produzidos, diariamente, duzentos e cinquenta mil litros de leite para o consumo da Capital Federal. Sobre o assunto, o economista Paulo César Timm esclarece:

— No estudo preliminar, quando foram escolhidas trinta cidades para a região econômica da Capital da República, Alexânia figurava exatamente como a segunda cidade. Estava mencionada no eixo Ceres-Anápolis. Entretanto, com o desdobramento da programação e com aquele espírito de concentração de recursos em cidades preferenciais, especialmente tendo em vista o caráter urbano do programa -



Brasília é centro de uma região geoeconômica, a qual poderá ser redefinida, para inclusão de Municípios mineiros e baianos

aquele que prevê a consolidação dos centros polarizadores, localizados suficientemente distantes do Distrito Federal - mudou-se a orientação inicial. O objetivo passou a ser a articulação de uma malha urbana interdependente, porém mais ou menos saliente, em cada uma de suas unidades, de forma a atender à população em termos de serviços urbanos. Como se vê, a preocupação é concentrar recursos na parte da infra-estrutura social que é a que mais tem a ver com o equipamento urbano, em termos de saúde, educação e saneamento em centros que poderiam disputar, concorrer com Brasília na captação de excedentes migratórios. Neste sentido, Alexânia não nos parece, até o presente momento, que seja um centro capacitado, tanto pela sua excessiva proximidade do Distrito Federal, quanto pela relativa situação de estagnação urbana que, até o presente, não evidenciou nenhuma potencialidade como receptora de oferta agrícola, ou de atividades industriais, ou mesmo da atividade terciária. Portanto, acreditamos que talvez Alexânia não pudesse ser contemplada com uma hierarquia superior.

NÃO É ASSISTENCIAL

Para os economistas da Secretaria do Planejamento, o programa geoeconômico de Brasília "não pretende ser assistencial para as cidades menos providas, em termos de equipamento urbano".

Afastá, o que se procura é concentrar recursos em núcleos urbanos que disponham de estrutura, dando-lhes sentido básico, mesmo do ponto de vista regional, quanto à estruturação funcional urbana.

Dentro desse entendimento, o que interessa é o desenvolvimento econômico e social. Para que isso seja conseguido, o Governo realiza - a todo o esforço. Inclusive, já está em exame a instalação de seis agências do Banco Regional de Brasília - que será o agente financeiro do empreendimento - em Municípios beneficiados pela região geoeconômica da Capital brasileira. Para tanto, as agências do BRB deverão atender à demanda de crédito agrícola ou agropecuário e, ainda, terão algumas linhas para o desenvolvimento da agroindústria, de materiais de construção, etc.